

ANC pag 2

Mário Covas ainda ganha aplausos pela vitória



A sessão da Assembléia Nacional Constituinte que aprovou ontem a redação final do Regimento Interno foi marcada pela entrada triunfal em plenário do novo líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Em sua estréia no cargo, ele foi recebido com muitos abraços pelo corredor e saudações elogiosas da tribuna, com boas repercussões para seu partido, mas não usou o microfone.

Mário Covas chegou à sessão em companhia do deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), líder do PMDB na Câmara que disputou o cargo com ele. No momento, ocupava a tribuna o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), que acabava de elogiar o "alto nível" em que se dera a disputa interna no partido, destacando que não havia sido eleitor do senador, mas considerava o resultado histórico.

Enquanto Mário Covas e Luiz Henrique entravam pela porta de trás do plenário, chegavam pela frente o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que imediatamente assumiu a presidência dos trabalhos, e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator do Regimento Interno, logo cercado pelos deputados José Genoíno (PT-SP), Cunha Bueno (PDS-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que protestavam contra aspectos da redação final.

MANDATO EM JOGO

Embora só chegasse à sessão às 16h31, Mário Covas começou a ter sua eleição, para líder do PMDB na Constituinte, saudada, às 14h29 quando subiu à tribuna o primeiro orador do dia, deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP). Ele disse que "o PMDB saiu fortalecido", destacando que Luiz Henrique não foi derrotado: "O momento político é que exigia uma solução daquela natureza".

Ulysses Guimarães, que presidia a sessão naquele momento, ouviu muitos elogios também à sua pessoa e ao presidente José

Sarney, em quem Del Bosco confessou acreditar: "Acho que o Governo realmente está imbuído das mais elevadas intenções", afirmou, dando lugar na tribuna a um colega de partido, deputado Paulo Ramos (RJ), que pediu a união do PMDB em torno de eleições diretas para a Presidência da República já em 88.

"Se porventura a Aliança Democrática se colocar contra, será devidamente atropelada pela voz do povo nas ruas", proclamou Paulo Ramos sob aplausos do PFL. Mas foi um deputado pefelista que, alguns oradores depois, assumiu a

defesa do mandato do presidente José Sarney. Jairo Carneiro (BA) disse ser errado associar o chefe da nação à crise econômico-financeira. Para ele, "o remédio dos males não reside na figura do presidente", a quem chamou de democrata.

Se havia quem quisesse abocanhar o mandato de Sarney, não havia ninguém satisfeito com a mordida do leão do Imposto de Renda na classe média. Mas, embora protestassem contra o aumento da carga tributária, os constituintes Paulo Delgado (PT-MG), Vasco Alves (PMDB-ES), Salatiel Carvalho (PFL-PE) e José Maria Eymael (PDC-SP) também se queixaram do privilégio que detêm, junto com militares e magistrados, de serem isentos. Ou seja, eles querem pagar Imposto de Renda.



Fernando Henrique e Genoíno: últimas alterações

A defesa dos aposentados, que vêm ganhando cada vez mais espaço na Constituinte, ficou a cargo do PTB e do PFL. A bandeira, ontem, foi levantada pelo deputado Mendes Botelho (PTB-SP), que defendeu para os aposentados proventos iguais aos que recebiam quando em atividade, e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que anunciou uma mobilização de seu partido para que a questão seja apreciada logo pela Câmara e pelo Senado.

A discussão de temas econômicos só não radicalizou os pronunciamentos porque o deputado Delfim Netto (PDS-SP) não estava presente. Indignado com declarações do todopoderoso ministro do governo Figueiredo, que teria dito que a economia do País está entregue às baratas, Gonzaga Patriota (PMDB-PE) o chamou de "gordo sinistro", afirmando que o ex-ministro não tinha "condições morais" para ocupar espaço na imprensa brasileira.

A bancada do PDS não estava toda ausente, mas ninguém se aventurou a defender Delfim. Ao contrário, as críticas de Patriota, observando que se a economia está entregue às baratas "é porque os ratos estão do lado de fora", foram encorajadas por acalorados aplausos da esquerda.

DESCENTRALIZAÇÃO

Nas homenagens a Covas, também houve ironia e bom humor. Enquanto Evaldo Gonçalves (PFL-PB) destacava que a eleição do senador desfraldava a bandeira de descentralização — aproveitando para lembrar que Ulysses Guimarães acumula a vice-presidência da República com a presidência da Constituinte, da Câmara e do PMDB —, já que o partido agora terá um líder na Câmara e outro na Assembléia, José Costa (PMDB-AL) disse que a bancada paulista do partido é hoje onipresente na política, razão porque casou com uma paulistana, em busca de melhor sorte.

Redação é aprovada

A redação final do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte foi aprovada ontem em apenas 20 minutos. Hoje, o texto deverá ser publicado no Diário da Constituinte e promulgado na sessão convocada para as 14 horas. O projeto foi aprovado sem muita discussão. Apenas algumas emendas de redação que não provocaram alterações substanciais.

Uma delas, por exemplo, altera o parágrafo 2º do artigo 21, exigindo que tanto nas comissões como nas subcomissões as deliberações sejam tomadas por maioria absoluta de votos. O texto original exigia a aprovação por maioria absoluta apenas nas comissões. Também foi alterado o texto que trata da votação da redação final da nova Constituição, exigindo que seja aprovada em dois turnos e por maioria absoluta de votos.

CONGRESSO

127 decretos-leis vão ser votados

O presidente do Senado, Humberto Lucena, revelou ontem que o Congresso Nacional voltará a funcionar normalmente a partir já da próxima semana, para a apreciação de matérias pendentes remetidas pelo Executivo desde 1984, ainda no governo Figueiredo. Na pauta 127 decretos-leis já em vigor inclusive os que fazem parte do Cruzado II, de junho do ano passado, e 65 vetos presidenciais que precisam ser votados com urgência, pois correm o risco de serem

aprovados por decurso de prazo. Além do Senado, Câmara e Constituinte que estão funcionando em horários não coincidentes, agora o Congresso também irá se reunir.

A primeira sessão vai ser convocada para os primeiros dias da próxima semana, para a apresentação de um projeto de resolução que irá reformular o Regimento Interno do Congresso Nacional de forma a adequar o seu funcionamento com o das sessões da Constituinte. Lucena anun-

ciou que o esboço do projeto já está pronto e será submetido à mesa do Senado e depois ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. A idéia é apresentar ao plenário um projeto de consenso das duas mesas.

Neste esboço de projeto de resolução que está nas mãos de Humberto Lucena, as comissões mistas seriam mantidas, mas os relatores seriam designados pelo presidente do Congresso para proferir pareceres orais em plenário. Além disso, a outra modificação

seria o arquivamento de todas as emendas constitucionais e o respectivo texto encaminhado para análise da mesa da Constituinte. Estas mudanças seguem as modificações que foram feitas no Regimento Interno da Câmara e do Senado para que pudessem compatibilizar seu funcionamento durante o período de elaboração da nova Constituição. Lucena disse que o projeto não apresenta nenhum ponto que possa causar divergência entre Câmara e Senado.